

MODERNIZAÇÃO E PROBLEMA AGRÁRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Esta é uma análise preliminar de dados de uma pesquisa sobre "As condições sociais do desenvolvimento agrário no Estado de São Paulo", realizada como parte do meu plano de trabalho no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no primeiro trimestre de 1966 (1). O material principal da investigação constitui-se de entrevistas de profundidade com 34 pessoas (16 sitiantes ou fazendeiros; 8 empregados, arrendatários, etc.; 3 técnicos agrícolas regionais; 4 agentes de crédito rural; e 3 outras pessoas) em três municípios típicos, estatisticamente selecionados, do Alto Paraíba, da Alta Sorocabana e da Baixa Mojiana (2). Os critérios de tipicidade combinaram "baixa" e "alta" utilização de tecnologia "moderna" e produção dominante de artigos de subsistência (feijão, milho, leite), matérias-primas industriais (algodão, amendoim) e artigos de exportação (café, algodão).

O objetivo deste trabalho é o de construir uma visão basicamente impressionista, numa primeira manipulação dos dados, dos significados dos processos sociais e econômicos que marcam a existência do mundo rural, que definem os seus problemas e que o vinculam singularmente à sociedade brasileira.

Não são novos os diagnósticos sobre o problema do nosso atraso rural nem são novas as soluções que lhe são apontadas. Diagnósticos e soluções

(1) A pesquisa tornou-se possível graças a um financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, à qual reitero os meus agradecimentos.

(2) Os nomes dos municípios, como ocorrem no texto, são fictícios, porque, nas localidades visitadas, a ocupação de alguns entrevistados leva facilmente à sua identificação.

compõem, na verdade, o mesmo universo que gera o problema e, por isso mesmo, constituem dados relevantes para a sua compreensão, já que estamos diante de representações.

Os resultados iniciais da investigação mostram uma clara integração entre o rural e o urbano. Mostram que o nosso atraso agropecuário e o nosso progresso urbano-industrial não se explicam separadamente, constituindo um todo articulado. As possibilidades do comportamento de tipo empresarial, deliberadamente orientado para o lucro mediante adequada manipulação de meios, e da introdução crescente de técnicas modernas no campo, bem como da "atualização" capitalista das relações de produção, mostraram-se estreitamente relacionadas com essa realidade da economia brasileira.

Dêsse modo, os resultados contidos neste artigo procuram traçar um quadro de referência para discussão do problema da modernização no campo. Sem invalidar essa tese, revela a complexidade da questão, especialmente a interveniência de variáveis freqüentemente desprezadas no seu debate, decorrentes da indissolúvel relação entre o campo e a cidade.

1. *A herança econômica, social e cultural*

A principal dificuldade teórica na discussão dos problemas da sociedade agrária brasileira encontra-se na identificação do tipo estrutural que a defina. Resultam daí os debates em torno do seu caráter capitalista ou pré-capitalista, capitalista ou feudal, capitalista inteira ou parcialmente realizado. A fonte básica desses dilemas está na indefinição das relações sociais de produção que não se apresentam claramente formuladas em termos de compra e venda de força de trabalho. Tipos intermediários de inserção no processo produtivo, como o parceiro, o colono, o agregado e o arrendatário, não configuram liminarmente a existência de um mercado livre de trabalho nem uma classe de proprietários dos meios de produção compradora de força de trabalho.

Esses tipos humanos, aos quais deve juntar-se o pequeno proprietário, são quase sempre virtualmente capitalistas compradores de força de trabalho, mas quase sempre realmente vendedores de força de trabalho, mediante um salariado disfarçado (3). O parceiro (de quinta, de quarta, de terça ou de meia) é um sócio do proprietário da terra, que pode eventualmente contratar serviços de terceiros, cujos ganhos, porém, referem-se praticamente a um único fator de produção: o trabalho. O mesmo ocorre com o arrendatário, não configuram liminarmente a existência de um mercado do empreendimento, já que a renda paga é freqüentemente fixa. Nem mes-

(3) Cf. Estatuto do Trabalhador Rural, arts. 2º e 3º, Serviço de Informação Agrícola s/d, p. 17; e Calo Prado Júnior, *A Revolução Brasileira*, Editora Brasileira, São Paulo, 1966, pp. 52-55.

mo o pequeno proprietário pode configurar-se como comprador de força de trabalho, já que quase sempre explora apenas o trabalho familiar.

A mesma dificuldade teórica — capitalismo ou não-capitalismo — expressa-se em outros planos e não apenas no do estudo das relações de produção. Também no plano da ação social as dificuldades se reiteram. E que no exame mesmo superficial do tema não se configura claramente nos tomadores de decisões sobre a produção dos estabelecimentos agropecuários, a articulação racional de meios e fins, baseada numa contabilidade de custo da atividade do estabelecimento. Isto é, num número significativo de estabelecimentos agropecuários não pode ser constatada a obediência a requisitos fundamentais de controle racional da rentabilidade do capital investido. Uma pesquisa criteriosa realizada em várias regiões do País, abrangendo em parte este tema, constatou que em várias delas (inclusive no Vale do Paraíba do Sul, cuja agricultura é tida dentro de padrões mais modernos, relativamente a outras áreas) os estabelecimentos pesquisados apresentaram renda negativa quando se computou a reposição dos investimentos e o juro do capital (4). Isto é, os empreendimentos dessas áreas, em média, estavam passando por um processo de descapitalização. Evidentemente, se os proprietários agissem empresarialmente, tal não ocorreria.

Mas, do ponto de vista da ação racional com relação a fins, constata-se em várias áreas do País e, particularmente em São Paulo, vários empreendimentos de cunho altamente capitalista, que descartam qualquer generalização a respeito de uma economia mercantil não capitalista ainda (isto é, que tenha o lucro por alvo, embora as relações de produção não sejam tipicamente capitalistas). Dois exemplos significativos, que ocorrem na área pesquisada, podem ser indicados: o da Cooperativa dos Cafeicultores e o da Cooperativa dos Produtores de Leite. A primeira foi organizada por descendentes de antigos fazendeiros do "Oeste Velho", abalados em graus variáveis por diversas crises do café, particularmente a de 1929. Como se sabe, extensas faixas dessa área entraram em decadência ou estagnação. Um jornal publicou há pouco reportagem sobre uma pequena cidade da Baixa Mojiana — Entremontes — que se encontra despovoada e abandonada como decorrência do declínio do café na região (5). Na entrevista com um gerente de banco oficial em Camanducaia Paulista, ocorreu o informe de que há alguns anos (antes da fundação da Cooperativa) a sede do município chegou a ter 400 residências vagas. Outro entrevistado afirmou que desde a crise e, particularmente, após a aprovação da legislação do trabalho rural, a sua fazenda entrara numa fase de mera subsistência e, depois, de abandono. A cooperativa congregou fazendeiros e sitiantes de toda a região indicada e teve como seu primeiro alvo trazer para o domínio dos

(4) William H. Nicholls e Ruy Miller Paiva, «Estrutura e Produtividade da Agricultura Brasileira», *Revista Brasileira de Economia*, ano 19, n.º 2, junho 1965, p. 24; *ibidem*, «Estágio de Desenvolvimento Técnico da Agricultura Brasileira», *ibidem*, ano 19, n.º 3, setembro 1965, p. 59.

(5) Rubens B. Mattos, «Entremontes entre o fim e a poesia», *Folha de São Paulo*, 9 de abril de 1964, 3.º caderno, p. 4.

cafeicultores o processo de comercialização do café, antes controlado pelos comerciantes da praça de Santos, sem participação nos riscos da produção. A Cooperativa organizou-se de modo a conhecer tènicamente os mercados consumidores e optou pela especialização como fornecedora para mercados que compravam cafés finos, o que exige maior densidade de capital na produção, os quais pagam melhor preço. Para tanto, contratou um exportador exclusivo e organizou uma rède de armazéns junto às fontes de produção, além de uma rède de comunicação radiofônica direta, pela qual os escritórios locais do interior obtêm diàriamente a cotação internacional do produto. Organizou, além disso, um escritório central, na capital, que conta, entre outros serviços, com um escritório tècnico no qual são empregados engenheiros, economistas, sociólogos e antropólogos. Outras medidas paralelas e complementares foram tomadas. Além do que, a Cooperativa procurou alçar-se também no plano político mais diretamente ligado à política de preços, como é o caso da Junta Administrativa do IBC, das associações de classe, etc., além de indireta e não oficialmente ter elementos seus em postos políticos locais (prefeitos, vereadores), relacionados com a concretização de uma infra-estrutura econômica.

A Cooperativa dos Produtores de Leite abrange todo o Vale do Paraíba, além de localidades esparsas no Oeste, atuando em regime de cartelização da oferta nas fontes de produção (mediante acôrdo entre os usineiros de leite, numa mesma área atua apenas um dêles) tornou possível deslocar para os produtores os lucros da comercialização do leite por atacado, já que o produto é distribuído em regime de oligopólio. Também esta Cooperativa tem escritórios locais (além do central) em que se controla o custo da produção, a elevação do preço dos insumos de origem urbana e suas implicações, bem como atua "politicamente" para obter uma política de preços e de investimentos que favoreça a sua faixa de atuação econômica.

Embora tenha tratado de cooperativas, às quais alguns autores opõem o caráter empresarial e capitalista, o certo é que funcionalmente elas são verdadeiras sociedades anônimas, produto de um gigantesco esforço empresarial para contornar a dicotomia prevalescente no País, desde o predomínio da economia exportadora, entre produção e comercialização dos produtos agropecuários. Ao contrário do que ocorreu com a industrialização brasileira, na qual predominou a emprêsa clânica ou a individual, onde a sociedade anônima foi na maioria dos casos produto de um artifício para atender as exigências da lei, o empreendimento agrário, diante de uma oferta inteiramente elástica de produtos, não poderia desenvolver-se pelo mesmo caminho.

Naturalmente, a envergadura do empreendimento revelada por essas cooperativas, que objetivamente traduzem uma ação econômica com fins claramente formulados em tẽrmos da reprodução do capital e com meios planejadamente escolhidos para alcançá-los, não elucida o sentido da ação no plano dos sujeitos. O fenômeno, em média, das rendas negativas, vá-

lido para a área do leite, está a indicar uma interior duplicidade de ações sociais (com relação a fins e outras). Isto é, prevalecem tanto ações em que os fins pessoais coincidem com os fins do capital, como ações em que os fins fundamentais são os pessoais (valores, emoções, rotina) (6).

A duplicidade foi constatada em Facão, município cuja economia está voltada para a produção de leite e de gêneros de subsistência como o milho e o feijão. Ali, freqüentemente, os objetivos do capital e o objetivos pessoais confundem-se por via dos valores: as ações são racionais com relação a valores e estes valores estão freqüentemente associados a "lucro". No entanto, o analfabetismo bloqueia a utilização de um instrumento fundamental para o exercício da racionalidade capitalista: a contabilidade de custos baseada na escrituração. É feita e retida uma "contabilidade" de memória que não se efetiva, em geral, como previsão, ocorrendo apenas no momento da comercialização. É nesse momento que se dá um confronto entre as despesas feitas (valor nominal) e o preço que o produto está alcançando. A previsão está ausente e com ela, pois, um componente fundamental da ação empresarial. Esse problema não existe em relação ao leite, seja devido à estrutura do mercado e amplitude do consumo, seja devido a que os órgãos especializados da Cooperativa fazem o controle em geral. Seja dito, não existe objetivamente, enquanto a demanda se mantém favorável, mas subsiste no plano singular de muitos produtores. O permeio dos valores nas ações econômicas e de uma conduta por eles regulada, transparece de modo nítido no intercâmbio entre os homens e o sobrenatural, por via da promessa e da retribuição. Uma pesquisa folclórica realizada no Facão demonstrou que vários ajustes, entre as representações de tipo religioso e as práticas quotidianas dos homens que as têm, ocorrem (7). De um lado, o calendário religioso, originalmente elaborado para a Europa, sofre ali um ajuste com vistas a fazer coincidirem os períodos de festividades e comemorações religiosas (como é o caso da festa do Divino, de comemoração litúrgica em maio, mas que a comunidade comemora em julho/agosto, isto é, após a colheita) com os de colheita e abundância relativa. De outro lado, na fase que precede o plantio ocorrem as promessas aos santos, em favor de boas colheitas, cujo não atendimento leva à punição do santo faltoso: deceparam-lhe as mãos. Esta troca, com suas implicações, transfere para o sobrenatural a previsão. Os produtores são despojados de um elemento fundamental para a concretização de uma ação de tipo empresarial. Mesmo no intercâmbio entre os homens existe a mediação dos valores. Um dos entrevistados, fazendeiro de gado, possuidor de 400 alqueires, segundo ele próprio, e de mais de 800, segundo a opinião generalizada no lugar, tido ali como "caipira que se fez pela inteligência", que há alguns

(6) Cf. Max Weber, *Economía y Sociedad*, tomo I, trad. de José Medina Echavarría et alii, Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1964, 2.^a ed., pp. 18-21.

(7) Alceu Maynard Araújo, «Ciclo Agrícola, Calendário Religioso e Magias Ligadas à Plantação», *Revista do Arquivo Municipal*, vol. CLIX, S. Paulo, julho/55, a março de 1957, pp. 11-155.

anos nada possuía, falou, num ponto da entrevista em que eu discutia as suas relações com os bancos de crédito, que o depósito de dinheiro não mais compensava, pois não dava "o juri (juro) do dinheiro". No entanto, êle mesmo emprestava a parentes e conhecidos do lugar sem cobrar juros "pois os cuitado num tem nem pra êles quanto mais pra pagá o juri". Em parte, essa atitude é apoiada no funcionamento de mecanismos locais de contróle social que dificultam o "calote" e envolvem uma retribuição não monetária do empréstimo feito. Essa retribuição, indiretamente, acaba produzindo os juros que não foram pagos em dinheiro diretamente. O próprio entrevistado declarou que Deus lhe retribuía, que nunca perdeu nada e que a sua fortuna sempre se acreceu. Apenas uma vez teve problema. Fêz negócio de compra de umas terras com pessoa recém-chegada ao município, mas que já "passara a perna" em outras pessoas do lugar: "Aqui teve um tar de Zé Portugueis que ficô de esmola por causa do Dozinho". Estando o vendedor muito necessitado de dinheiro, o entrevistado pagou-lhe a terra antes de legalizar os respectivos documentos, recebendo, por exigência sua e prevenção, um cheque em branco assinado pelo primeiro. Marcado em cartório o dia para que fôsse passada a escritura, o vendedor não compareceu. O mesmo se repetiu numa segunda vez. O entrevistado procurou-o e ameaçou: ou comparecia ao cartório ou êle preencheria o cheque com uma importância duas vêzes superior ao valor do negócio: "Não que eu quera ficá cum dinhero seu. Mais é pra te dá uma lição. Ocê tá cartendo cumigo". O documento foi imediatamente assinado, legalizando-se a situação. Note-se que, mesmo numa transação de vulto, capaz de causar grande prejuízo ao comprador, os procedimentos correram todos em torno de um valor: a palavra empenhada (de certo modo "o fio de barba"). Apesar do conteúdo burocrático da relação vendedor-comprador e do seu caráter pessoal expresso na documentação rotineiramente utilizada, o fundamento do intercâmbio estêve num valor cultural. O cheque, instrumento de modernas transações financeiras, foi usado como instrumento do valor que suportava a ação. Foi assinado em branco: o negócio ficou, como tradicionalmente, na dependência da palavra empenhada. Além do que, o risco corrido pelas partes não se restringiu ao montante do negócio, não se limitou à proporção real do intercâmbio, mas envolveu a totalidade de cada uma: uma inteiramente à mercê da palavra da outra (8). O absoluto e não o relativo, como medida das coisas, revelou-se constante nas verbalizações dos entrevistados, não só do Facão mas também das outras áreas. Não é o capital que se envolve nas transações, nem o risco é calculado em termos da sua reprodução, mas as pessoas são envolvidas e são elas que correm riscos. O capital transparece secundariamente nesse panorama.

Não é assim, porém, que pensam os organizadores e os diretores de cooperativas relativamente aos seus empreendimentos. Para êles o risco é

(8) Sobre esta característica das relações na sociedade agrária, cf. Maria Sylvania Franco Moreira, *Os Homens Livres na Velha Civilização do Café*, F.F.C.L.-USP, edição mimeografada, São Paulo, 1964.

do capital e o que se planta ou deixa de plantar é em função do lucro provável. Um desses fazendeiros, com terras em Camanducaia Paulista, dedicando-se especialmente ao café e à cana, estava fazendo experiências com o capim "pangola". A área vem sendo absorvida paulatinamente pela pecuária de leite. Nas condições normais de utilização do solo semeado de capim "catingueiro" (capim que se reproduz naturalmente em boa parte do Estado), afirmou que poderia manter duas vacas de leite por alqueire (na ocasião o alqueire valia cerca de um milhão de cruzeiros velhos no lugar). Com pastos de capim "pangola" poderia colocar oito vacas por alqueire: multiplicaria por quatro a capacidade e a rentabilidade da mesma área. O mesmo entrevistado manifestou-se contrário ao desenvolvimento do turismo "de hotel" no município, como ocorre nos municípios vizinhos de Serra Alta e Águas Azuis. A não fixação de vínculos com a população local, que acompanha o turista desse tipo, era vista como ameaça aos padrões locais de conduta. Mas o entrevistado revelou-se inteiramente favorável ao turista que compra sítio ou chácara para passar fins de semana, pois não oferece aquele perigo e "dinamiza o comércio local". Logo em seguida, falou do preço da terra em Mato Grosso (menos da metade do que custa em São Paulo) e das facilidades de transporte para colocar a produção agropecuária daquele Estado em São Paulo. Procurando ocultar com valores o seu verdadeiro raciocínio, esse fazendeiro contava com a possibilidade de lotear a sua fazenda a um milhão de cruzeiros por alqueire e comprar o dôbro de terras no Mato Grosso, repetindo um processo que se manifestou em muitos fazendeiros de café na ocupação do oeste de São Paulo; ou, então, obter nas suas terras a mesma rentabilidade por unidade de capital que lá obteria. Aliás, secularmente, a família do entrevistado vem obedecendo a esse raciocínio: partiu de Jaguari de Cima, não muito longe da capital, nos meados do século passado, transferiu-se para Camanducaia Paulista, onde reside o entrevistado, mas lançou um ramo na região de São Leonel, mais para o Oeste. Vê-se, enfim, que várias possibilidades de lucro foram conscientemente avaliadas para a orientação do sujeito e para que fizesse a melhor opção relativamente à multiplicação do seu capital.

Dois tipos humanos que a teoria não consegue conjugar satisfatoriamente estão presentes, pois, na sociedade agrária: o produtor empresário e o produtor não-empresário. Ambos, na verdade, produzindo para o mercado, produzindo mercadorias. Cabe aqui fazer uma ressalva. Alguns autores tendem a considerar este último tipo como vinculado à economia natural, vendendo o excedente aos intermediários urbanos. Nas áreas abrangidas pela pesquisa foram encontrados vários produtores que, à primeira vista, enquadram-se nessa classificação. Uma verificação melhor, contudo, mostra que plantam, irracionalmente, para o mercado, que os seus produtos têm simultaneamente valor de uso e de troca, e que o valor predominante será aquele ditado pela situação no momento da colheita.

Nas condições de desenvolvimento da economia brasileira, em que o pólo dinâmico esteve até há algumas décadas inteiramente no setor comercial, inclusive no que se refere à indústria, procedeu-se a uma clara segmentação da economia em termos de produção e comercialização. Nesta última faixa concentraram-se as pessoas que possuíam em melhor dose as características de personalidade compatíveis com as exigências do comportamento capitalista. Fazendeiros e industriais de sucesso na dobrada do século, quando se acentuou o processo de diferenciação da economia brasileira, apresentavam como característica comum e fundamental a de que se transformaram também em comerciantes, dominando a produção e a comercialização ou a transformação e comercialização dos produtos (9). Cito, entre os exemplos, Henrique Dumont e Antônio da Silva Prado (fazendeiros) e Francisco Matarazzo, Antônio Pereira Inácio e Herman Lundgren (industriais). Dumont chegou a possuir um dos maiores conjuntos de fazendas de café, em Ribeirão Preto, com milhões de cafêiros, milhares de empregados, estrada de ferro própria no interior das propriedades, casa bancária própria com ramificações em Santos e São Paulo, além de casa comercial. Prado é o exemplo clássico do fazendeiro que se tornou comerciante, banqueiro e industrial. Matarazzo para firmar-se como industrial precisou ser antes um grande comerciante. Pereira Inácio não fez sucesso na indústria enquanto não teve acesso direto aos varejistas de tecidos. E o êxito já secular de Lundgren, como produtor de tecidos, deveu-se à rede de lojas varejistas das conhecidas Casas Pernambucanas.

Essa segmentação, que se mantém até hoje, em graus diversos, destituiu o empreendimento agrário de suas virtualidades capitalistas quando não pôde ser superada como nos casos citados. A condição oligosônica de compra das mercadorias por parte dos intermediários urbanos, como produto de uma tradição comercial firmada, *inverteu* o processo de fixação dos custos. Em função dos preços urbanos e da margem de lucro pré-fixada pelos intermediários, é que os produtores rurais podem fixar os custos. Aliás, a política econômica governamental em relação à agricultura tem acentuado esse caráter anticapitalista da produção, ao intervir no mercado através de confiscos ou do tabelamento de preços, o que é feito hoje pela Sunab, substituta da antiga Cofap. Anticapitalista, diga-se, ao nível da ação do sujeito. Nestas condições, uma ação racional no empreendimento agrário conduz ao descarte, em princípio, da utilização de insumos urbanos e de força de trabalho obtida segundo as exigências de um mercado livre. Tanto, pois, a modernização técnica do empreendimento quanto das relações sociais de produção é dificultada pela herança econômica que impede a fixação de preços em função de custos, ocorrendo a fixação de custos em função de preços.

(9) Cf. José de Souza Martins, *Empresário e Empresa na Biografia do Conde Matarazzo*, Edição do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Guanabara, 1967, pp. 90 e 98.

2. *A ideologia da modernização*

De um ponto de vista econômico, a modernização material, social e cultural do empreendimento agrário sofre restrições no próprio conjunto de funcionamento da economia brasileira. Essas restrições, aliás, configuram, funcionalmente, uma economia de tipo colonial que persiste fortemente. Não obstante isso, seria de esperar-se que a constituição e expansão da economia nacional, repousando agora, também, na geração interna de fluxos de renda, independentemente do fluxo gerado pela economia de exportação (mais vinculada às características econômicas coloniais), viesse modificar a situação. As condições atuais da sociedade agrária, porém, mostram que a economia nacional, propiciando uma divisão interna do trabalho que repercutiria inegavelmente na economia agrária, não produziu resultados amplos, a ponto de alterar as relações de produção e propiciar o surgimento de características empresariais no comportamento dos produtores. A política econômica adotada depois de 1930 e que, especialmente a partir de 1937, revelou preocupações industrialistas por parte do governo federal, veio legalizar as condições não-capitalistas do empreendimento agrário. É preciso notar que o populismo, ideologia política então configurada, corresponde às expectativas de populações de situação urbana, em processo de urbanização, isto é, que estão diretamente comprometidas com o crescimento e o desenvolvimento da economia industrial e urbana. Uma política agrária que permitisse a fixação dos preços de produtos agrícolas e pecuários em função dos custos reais da produção, fixados a partir de uma taxa "satisfatória" de remuneração do capital, implicaria numa elevação dos custos da produção industrial, pois seriam necessários melhores salários para atender às necessidades mínimas de reprodução da mão-de-obra. É o que revela a participação de produtos de origem rural nas despesas familiares da população paulistana mostrada por pesquisas levadas a efeito em anos sucessivos (10).

Despesas com alimentação pelas famílias operárias de São Paulo

| Ano | — | Pesquisa | — | População | — | % de alimentação |
|------|---|----------|---|------------------------------|---|---------------------|
| 1934 | — | Davis | — | classe operária | — | 50 |
| 1936 | — | Lowrie | — | operários da limpeza pública | — | 53 |
| 1941 | — | Araújo | — | operários Usina Sta. Olimpia | — | 52 |
| 1958 | — | DIEESE | — | classe trabalhadora | — | 45 |

(10) José Albertino R. Rodrigues, «Padrão de Vida da População Brasileira», *Revista de Estudos Sócio-Econômicos*, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, Ano I, n.º 3, São Paulo, 1961, p. 47; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, *Boletim do DIEESE*, Ano I, n.º 1, maio-1960, p. 2.

Vê-se que os dispêndios com alimentação correspondem à metade do ganho familiar. E que mesmo numa época de maior euforia econômica (1958) a porcentagem diminui apenas ligeiramente. A elevação, por hipótese, dos preços dos produtos agrícolas, em decorrência do estabelecimento de uma contabilidade de custos no empreendimento agrário, provocaria um aumento maior na porcentagem de dispêndios com alimentação, forçando uma alta de salários ou uma redução da parcela reservada à remuneração do capital.

A estrutura colonial de circulação das mercadorias, restringindo os custos da sua produção e fazendo com que no setor agrário se acumulassem os riscos e irracionalidades da sociedade capitalista (como acontece hoje com os arrendatários de arrendamentos fixos), foi funcionalmente incorporada pelo processo de industrialização do País e de constituição da economia nacional. Assim como os setores marginais da economia colonial suportaram a constituição das economias metropolitanadas, assim também está cabendo a eles suportar os custos de constituição da economia nacional.

Apesar das condições econômicas e sociais adversas, a modernização tem sido um tema constante e contraditoriamente invocado, seja pelos técnicos, seja pelo governo, seja pelos leigos. O governo, que, de 1964 para cá, vem sustentando uma filosofia econômica não-protetionista, legitimou, por assim dizer, os órgãos de intervenção nos preços da economia agrária. Um ministro, em discurso no Paraná, invocou a racionalidade weberiana para explicar o caráter tradicional da agricultura brasileira (11), não obstante o mesmo govêno continuar fixando os preços de gêneros de "primeira necessidade", como já ocorria antes, para manter nos níveis mais baixos os custos da economia urbana (industrial ou não). Os preços mínimos para a agricultura têm em geral sido fixados em termos muito próximos dos do mercado atacadista, deixando de atender à sua função inicial que seria a de manter em certo nível a renda agrária. Além do que, ao invés de serem fixados na época do plantio, para justamente permitirem a previsão de lucro compatível com uma ação weberiana "não-tradicional", são fixados um pouco antes da colheita, em função do custo de vida das populações urbanas. Nota-se, pois, que as condições de constituição da economia nacional, num país como este que arrancou dos alicerces da economia colonial (ao contrário do que ocorreu com os países metropolitanos), assumem aqui um caráter particular, envolvendo tanto a economia e a sociedade agrárias quanto a economia e a sociedade industriais.

Esse quadro, contudo, não constitui a referência para a ação dos diversos especialistas que desempenham o papel de agentes da modernização no campo. Em geral, a "ignorância e o analfabetismo" são os atributos ressaltados no homem rural como obstáculos à modernização. Esta é compreendida como modificação da cultura material das populações rurais, pelo abandono de práticas rotineiras e de instrumentos "arcaicos" e pela adoção

(11) «Agricultura Brasileira», O Estado de S. Paulo, 20 de junho de 1965, p. 3.

de práticas "modernas" como a curva de nível, a vacinação preventiva do rebanho, o combate às pragas, a utilização de maquinaria de tração mecânica, os fertilizantes, herbicidas, etc. Embora os agrônomos regionais não raro percebam a incongruência entre os preços agrícolas e os custos dos insumos de origem industrial (máquinas, adubos, etc.), optam por uma solução protecionista de fixação de preços favoráveis desses insumos ou dos produtos, mas nenhum dos entrevistados formulou o problema em termos de uma ação econômica compatível com a remuneração do capital investido, em termos capitalistas, afastando, assim, a hipótese de uma política econômica global que considerasse a relação indissolúvel entre o rural e o urbano, a sua interdependência. O diagnóstico refluiu para a modernização "das mentalidades", para utilização "ótima" das condições *dadas* e, portanto, para a identificação do problema no nível da cultura. Diversas publicações periódicas ou avulsas, destinadas à população rural, utilizam um universo de linguagem próprio do homem urbano e referem-se à modernização sem o seu aliado fundamental: o capital e a sua reprodução. É, aliás, a mesma linguagem dos técnicos ligados à modernização agropecuária (extensionistas, assistentes sociais rurais, comunicadores). Surgem daí os temas como "resistência à mudança", personalidades apáticas, etc. E é em função dessas concepções que a ação modernizadora é desencadeada. Na mente desses técnicos, o homem rural é visto indiferentemente, como ignorante, magro, preguiçoso, rotineiro, etc. Esse estereótipo, já antigo, encontrou a sua melhor descrição no Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. É o estereótipo negativo que tem a sua contrapartida nas virtudes contrárias, atributos do homem urbano. De certo modo, a hostilização do caipira através das anedotas da cidade e a valorização do "moderno" contra o "tradicional", que ocorre na literatura e na sociologia brasileiras há várias décadas, constituem, na verdade, o cerne da ideologia da urbanização, pela negação do mundo rural recente ou mediato.

Um dos agrônomos entrevistados revelou preocupações acentuadas desse tipo e a valorização que faz do conforto e do consumo ostensivo nas grandes cidades é até mesmo objeto de anedotas na região em que trabalha. Contaram-me que, ao chegar ao Rio do Peixe para iniciar a sua carreira de agrônomo regional, perguntou a uma pessoa onde ficava a boate local, ao que ela lhe respondeu que bastava apanhar o trem que estava na estação e ele o levaria até lá (era o trem que o trouxera de São Paulo e que ali fazia o retorno). No geral, o afastamento do mundo rural está associado ao progresso pessoal, ao êxito. Dêsse modo, os agentes da inovação só a concebem como projeção das virtudes urbanas (simbolizadas pela máquina e pela técnica "moderna") sobre a sociedade agrária. A desvinculação da racionalidade técnica e da racionalidade do capital, já apontada por Schumpeter (12), indicia os componentes ideológicos orientadores da ação inovadora.

(12) Joseph A. Schumpeter, *Teoría del Desarrollo Económico*, trad. de Jesús Prados Arrarte, 2ª ed., Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1957, p. 28.

Mas, mesmo assim, a atividade do agente modernizador não tem sido inócua. De um lado, porque em vários setores da economia agrária é comportada a adoção, em graus diversos, de técnicas modernas. É o que ocorre nas áreas onde há escassez de mão-de-obra e esta, rara, tem alto preço. Na região do Rio do Peixe, voltada especialmente para o algodão e para o amendoim, o arrendamento já é um recurso utilizado para fixar mão-de-obra. Todavia, na época da colheita de amendoim esta deve ser feita rapidamente para evitar os efeitos danosos das chuvas sobre o produto em ponto de colheita. Faz-se necessário apelar para mão-de-obra não residente no campo e que é constituída por empregadas domésticas, estudantes, funcionários públicos e outros, que em alguns dias conseguem ganhar o suficiente para manterem-se por vários meses (em avaliações de salário mínimo). A colheita representa aí a parcela mais cara do custo da produção. No entanto, não existe (na época da pesquisa) u'a máquina que desempenhe tódas as tarefas da mão-de-obra (arrancar, bater e empilhar o amendoim). Aliás, um comerciante local de máquinas agrícolas está empenhado, juntamente com um jovem nisei produtor de amendoim, no invento de um aparelho que desempenhe satisfatoriamente essas tarefas. Igualmente, nas áreas onde o custo da terra é alto, várias reformas no seu uso tendem a impor-se, como a do fazendeiro de Camanducaia Paulista, já citado, que está fazendo experiência com o capim "pangola" para, eventualmente, optar pela pecuária leiteira. Esse mesmo fazendeiro fez a sua plantação de café "caturra" em curva de nível, eliminou a cultura consorciada, reduziu o espaçamento entre as plantas e com isso tornou a sua fazenda desinteressante para a mão-de-obra local. É que a tradição, em várias regiões, prescreve a permissão para que os trabalhadores (especialmente os colonos) utilizem as leiras de café para plantar milho e feijão (às vêzes arroz de sequeiro) para seu gasto e para venda. Esse procedimento permitia aos antigos fazendeiros de café reduzirem o custo monetário da força de trabalho, pois tais produtos tinham mercado reduzido e não constituíam cultura de interesse econômico em face do café, já que a família do trabalhador obtinha, por esse meio, a sua subsistência. Na situação do fazendeiro indicado, porém, a redução do espaçamento liberou uma parcela de terra que pôde ser empenhada em outras culturas econômicas. Essa mesma motivação fez com que ele restringisse ou eliminasse a área de terra que concedia aos empregados para plantio ou pasto nas proximidades das suas habitações (no interior da propriedade). Afirmou que plantando milho híbrido na mesma porção de terra que dava ao colono, utilizando técnicas modernas de espaçamento e adubação, conseguia produzir pelo menos três vêzes mais. Propôs-lhes que ele mesmo faria essas plantações e lhes daria, em troca, o equivalente ao que colhiam anteriormente. E, ainda assim, sairia ganhando. Essas inovações foram motivadas, em primeiro lugar, pelo fato do fazendeiro encarar a sua terra como capital fixo; em segundo, pelo fato de existir na área demanda de terra, para recreio, a alto preço. Assim, várias transformações técnicas ocorre-

ram, estreitamente associadas com a sua viabilidade econômica. Ocorreram, também, transformações sociais ligadas à dispensa do colonato como forma de utilização da força de trabalho. O fazendeiro restringiu a mão-de-obra residente e vinculada à propriedade, ao estritamente necessário para um emprêgo permanente. A sobrecarga de trabalho na colheita e nas carpas é atendida pelas "turmas". Estas são formadas por uma população de origem rural e residência urbana, "expulsa" das fazendas porque as condições de trabalho tornaram-se desinteressantes ou opressivas, reunidas em torno de um empresário de força de trabalho, o turmeiro, em geral proprietário de um caminhão. O turmeiro contrata os serviços com os proprietários do município e até mesmo de regiões distantes, onde há falta de mão-de-obra, e para ali conduz diariamente os operários pelo prazo estipulado. Ele mesmo e algum auxiliar servem de feitores na supervisão do trabalho e, quando êste é insatisfatório, pode ocorrer a dispensa do trabalhador antes do término da jornada. O fazendeiro paga-lhe diretamente a importância combinada e êle, por sua vez, paga aos trabalhadores um salário equivalente ao salário mínimo, retendo um lucro "por cabeça". Em princípio, para o trabalhador, que ganha por dia, o trabalho não é certo, pois a "contratação oral" é reiterada ou não diariamente em função do volume de trabalho contratado com os proprietários. Os mais fracos, os menos produtivos ou os que não se enquadram na imagem do "homem trabalhador" correm o risco de ter emprêgo apenas em situação excepcional. O seu emprêgo é decidido diariamente num local da periferia da cidade, onde todos se encontram. Êsse sistema tem permitido o deslocamento de mão-de-obra para grandes distâncias: de Camanducaia vão turmas trabalhar em São Manuel, de Taubaté em Araraquara, retornando nos fins de semana para visitar a família. A mudança ocorreu, pois, igualmente nas relações de produção, tendendo a configurar-se em termos tipicamente capitalistas.

De outro lado, a atividade do agente modernizador não tem sido inócua devido justamente à presença de valores de tipo tradicional presentes na sua interação com os produtores rurais. Uma interdependência paternalista, que se pode observar entre ambos os tipos, leva o produtor, às vêzes, a adotar práticas novas ou comprar equipamentos que lhe são de pouca utilidade ou nenhuma rentabilidade. Visitando uma fazenda em Facão, para entrevistar o seu proprietário, constatei que havia gente na casa. Chamei várias vêzes e passou-se longo tempo antes que eu fôsse atendido. Só devido à minha insistência em permanecer à espera no terceiro da casa é que o fazendeiro atendeu-me, de início muito desconfiado. Explicou-me depois que como eu estava de carro supôs que se tratasse de mais um vendedor de produtos veterinários, que ali são freqüentes, e aos quais não sabe dar uma resposta negativa. Um funcionário da Casa da Lavoura local, que acompanha os agrônomos e que também me acompanhou em várias entrevistas, sendo relacionado e aparentado na zona rural do município, explicou que a população dali tinha tomado antipatia por um

agrônomo que lá trabalhara, muito formal nas suas relações com os visitados e cujo maior defeito era "não aceitar comida em casa de caboclo". Esses fatos produziram na população a imagem de um estranho que não atende às suas expectativas, que dela se distancia e cujos ensinamentos são destituídos de valor. Sendo a negação do outro caso e contendo o mesmo significado, este último mostra como uma interação aproximadora é muitas vezes decisiva no êxito da modernização mesmo em condições "artificiais". Não é raro encontrar-se nos sítios e fazendas equipamentos subutilizados ou não utilizados, representando um capital fixo sem remuneração e, a longo prazo, perecível devido à corrosão, quebra de peças, etc. Foram adquiridos devido às pressões paternalistas de vendedores locais de máquinas ou agentes de crédito oficial. Na época da pesquisa, o governo federal desejando manter o nível de emprego na indústria automobilística ou, ao menos, protegê-la contra a recessão econômica, pôs em prática uma política de estímulo à venda de tratores, financiados em quatro anos, a juros baixos, pelo Banco do Brasil. Pessoas que dispunham de menos terra do que a que pode ser trabalhada por um trator em plena utilização, estavam resolvidas a comprá-lo, não obstante as más perspectivas do mercado para o algodão e o amendoim na ocasião e para o futuro (algumas máquinas de beneficiar esses produtos estavam sendo transferidas para outras áreas, o que indicava a sua decadência no Rio do Peixe). No lugar dessas culturas expandia-se a pecuária de corte, menos onerosa e de lucro certo. No caso das pastagens, o trator seria usado apenas no preparo da terra para o plantio do capim "colômbio", predominante na área, e no tombamento do solo dois ou três anos para contornar os efeitos de uma praga denominada "grama paraguaiá" ou "grama-de-mato-grosso". Ainda nessa linha, tive oportunidade de observar, em Rio do Peixe, a utilização do trator como veículo de passeio, por mais de uma família.

Além das expectativas que regem o processo de interação entre importantes segmentos populacionais da zona rural e representantes da população urbana, cujos papéis referem-se justamente a uma relação permanente com aqueles, fica evidente a valorização da cultura material urbana, que, para os personagens envolvidos, denota melhoria do nível de vida. É por isso que, às vezes, a idéia de caipira é vista com desagrado pelo homem rural, que já lhe empresta uma conotação pejorativa e humilhante, parecida com a que vigora no meio urbano. Visitando a casa de um trabalhador de turma, em Camanducaia Paulista, cuja biografia é um constante emigrar, desde o sul de Minas, "expulso" sucessivamente de fazendas que foram absorvidas pela pecuária de leite, foi possível observar a incorporação de vários traços da cultura citadina. Morando na periferia da cidade, quase nos limites da zona rural, a habitação de que é proprietário apresentava as características da casa rural, especialmente a cozinha, que pude observar relanceando os olhos por uma cortina semiaberta que havia ao meu lado, durante a entrevista. Ali se reuniam as mulheres, trabalhando em torno de um fogão de taipa. Mas, o cômodo da frente, onde

fui recebido, que servia de sala de visitas e sala-de-jantar para visitas, procurava ostentar um mínimo de mobiliário adquirido nas lojas da cidade, com vasos de flôres artificiais, etc. Na parede estavam coladas fotografias de artistas de cinema. Esses dois mundos estavam separados pela cortina, peça que raramente se encontra na roça, que permitia esconder a rusticidade do outro cômodo. Foi, mesmo, possível constatar um conflito de concepções polarizadas nesses dois mundos e traduzido no relacionamento de gerações. Os dois filhos e uma filha do casal valorizam enfaticamente a vida urbana, o seu conforto e a segurança que oferece quanto ao salário certo e em dinheiro no fim do mês (um dos filhos é operário em indústria têxtil local). Já o pai não participa da mesma visão, porque justamente ele se proletarizou não como operário urbano, mas como operário rural, cuja situação é desvalorizada no meio em que vive, especialmente pelos filhos e a mulher. Esta, ouvindo da cozinha o ânimo favorável com que o marido falava do passado rural e até mesmo da sua disposição de se tornar colono novamente, se fôsse possível, irrompeu na sala para contrapor-se às suas opiniões. Frases esparsas revelaram que a família procurava realçar para o entrevistador, inclusive alegando doença mental, a incapacidade do seu chefe para tomar decisões conforme os interesses e desejos dos restantes. Temia que o entrevistador fôsse um agente do governo empenhado em recrutar trabalhadores para a zona rural, como se evidenciou mais tarde. Trabalhos realizados por sociólogos e antropólogos entre operários de origem rural tendem a confirmar a valorização de até mesmo penosos trabalhos industriais contra o trabalho na roça, "de sol a sol", sem proteção contra intempéries, de remuneração incerta, etc., conforme as alegações dos próprios entrevistados.

A máquina, mais do que o adubo, o inseticida, o espaçamento racional, a semente selecionada, é o símbolo da modernização como a vê o homem rural que não raciocina em termos do capital investido, mas sim em termos de aspirações urbanas de conforto e de consumo ostensivo. Ele é mais sensível à valorização da técnica e vê com verdadeiro deslumbramento os aparelhos que lhe são exibidos diretamente ou através de folhetos coloridos. Tive oportunidade, em Facão, de observar a demonstração de um picador-de-cana, movido por motor a gasolina, que aumenta o aproveitamento da cana e do milho no arraçoamento do gado, pois tritura não só as partes das plantas normalmente consumidas pelos animais, como também os caules e folhas, nutritivos e em geral desperdiçados. Essa demonstração foi feita por um vendedor na fazenda de um entrevistado. Embora tendo na fazenda vários agregados, remanescentes da escravaria de seu avô, que o servem em regime de meia e que passam parte do ano em desemprego sazonal, estava propenso a fazer investimento na máquina, cujos juros e manutenção seriam, aparentemente, mais altos do que as despesas de trituração com o uso da mão-de-obra e das ferramentas costumeiras. Perguntado sobre a sua disposição para comprar o picador, alegou que aumentaria muito o

aproveitamento da ração, não mencionando se esse aproveitamento poderia ser feito igualmente sem a máquina.

O agrônomo de Camanducaia, aliás, ressaltou na sua entrevista a existência de técnicas modernas que não demandam a utilização de máquinas ou quaisquer outros insumos que exijam capital adicional. É o caso do espaçamento na agricultura ou da utilização do silo trincheira na pecuária, êste permitindo equilibrar a alimentação do gado no período da seca, quando os pastos baixos subalimentam e provocam a redução do leite. Esse agrônomo, por fazer recomendações desse tipo, era objeto de reuniões desfavoráveis entre os fazendeiros e sitiantes.

A atitude do agrônomo confundia-se com outros traços da sua pessoa (modo de falar, de vestir, etc.) que o aproximavam da imagem de "caipira". Por isso tinha mais sucesso entre sitiantes do que entre fazendeiros. Essas características, porém, produziam expectativas na sede do município que o afastavam das pessoas com as quais se julgava no direito de se relacionar — as "melhores" famílias de Camanducaia. Em dez anos de residência no local, as pessoas que se diziam suas amigas ou de sua família nunca o convidaram para uma visita às suas casas, conforme se queixou. Por isso, estava providenciando a sua transferência para outro município. Mesmo aí, como ocorreu com outros agrônomos, não está ausente a valorização do mundo urbano e o desejo de não se confundir com os "caipiras". Nem sempre agente modernizador está motivado pelos símbolos do mundo urbano, embora êle o esteja pelos valores próprios do consumidor.

Semelhante é o comportamento dos burocratas dos institutos de crédito, cujo diagnóstico implícito do problema agrário apóia-se na idéia de que o remédio está na injeção de crédito no meio rural. Esse crédito produz um resultado que é a produção, o aumento da oferta de gêneros agropecuários no mercado urbano. A correlação entre o crédito e a produção é a medida da eficácia da política econômica de que êles são executores. Embora seja grande a participação dos empréstimos de custeio feitos pelo Banco do Brasil, no conjunto dos financiamentos da carteira agrícola, os entrevistados acentuaram sempre que tinham instruções e esforçavam-se para aumentar a porcentagem dos empréstimos de formação de capital. O prazer com que êsses burocratas falam de roceiros que se transformaram em sitiantes bem instalados, com propriedades bem arrumadas, estruturadas funcionalmente, limpas, etc. lembra muito o médico que curou o Jeca Tatu. O milagre do "Biotônico Fontoura" transparece no Jeca gordo, rodeado de aparelhos de televisão e de toda sorte de máquinas modernas. Só que "Biotônico Fontoura" é substituído nas concepções dos burocratas pelo "crédito rural".

Em resumo, é adoção dos valores urbanos, como contrários aos contidos no estereótipo de caipira que se apresenta em graus variáveis tanto nos diagnósticos dos técnicos sobre a sociedade agrária, quanto no diagnóstico implícito na atuação dos agentes de modernização. Constrói-se, assim,

um estereótipo oposto que funciona como modelo para a ação dos agentes. O núcleo desse estereótipo é a figura do consumidor e não a do empresário. É de se notar que mesmo na política econômica fala-se em produtividade e não em rentabilidade do capital investido, descartando-se os caracteres definidores do empresário. A produtividade é um ponto de orientação válido para o sistema. Para o empresário a orientação válida é a rentabilidade do seu capital.

3. *O capitalismo no campo*

O problema da modernização, já se vê, não se restringe a uma faceta da cultura, mas envolve, de um lado, as condições de existência do homem rural e, de outro, as condições singulares de acumulação do capital na economia brasileira. Esconde, pois, um processo mais fundamental e explicativo que é o da mudança social ligada à modernização dos vínculos econômicos no interior da economia nacional. À luz dessa afirmação convém analisar algumas posições teóricas relativas à constituição do empresariado.

Retomando o ponto inicial deste trabalho, vimos que um problema essencial está no esclarecimento do tipo estrutural que possa definir a sociedade agrária brasileira, em termos de capitalismo ou não-capitalismo (básicamente formas pré-capitalistas de produção e de ação econômica). Em parte o dilema é produzido pela conjugação de duas orientações teóricas que se contrapõem: a de Marx e a de Weber. O primeiro estava preocupado com o capitalismo enquanto modo de produção; o segundo enquanto tipo de ação (13). O primeiro tinha em mente uma fase restrita do capitalismo (industrial) concebido pelo segundo. O capital industrial, produto de sobretrabalho, em termos weberianos constituiria uma concretização particular da ação capitalista.

O elemento perturbador, que parece ter gerado esse dilema, está no fato de que a economia brasileira de hoje não disfarça as suas raízes na economia escravista de há algumas décadas que, produzindo para o mercado, produzindo mercadorias, assentava-se sobre relações de produção não-capitalista. O declínio da escravidão quase coincide com o primeiro surto industrial — aquele efetivado em 1888 e este ocorrendo em 1890. Uma economia escravista poderia comportar a figura do empresário, o homem cujo destino é o destino do capital? O certo é que os estudos sobre essa face da história econômica brasileira escasseiam e não estimulam mais do que conjecturas. Um documento analisado por Florestan Fernandes indica que a figura do senhor de escravos e a do empresário não se superpõem simultaneamente (14). Mas, as conclusões de Octavio Ianni sobre a desagregação da sociedade escravocrata indicam a presença de um substrato

(13) Maurice Dobb, *A Evolução do Capitalismo*, trad. Affonso Blacheyre, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965, pp. 15-19.

(14) Florestan Fernandes, *A Integração do Negro à Sociedade de Classes*, São Paulo, 1964, pp. 18-35.

que é comum à situação de trabalho escravo e à de trabalho livre: a produção social e a apropriação privada (14a). Derivam daí algumas questões relativas ao surgimento do empresário brasileiro nessa fase — empresário que seria a raiz do empresariado nacional. No conjunto, as mesmas condições que destroem a sociedade escravocrata constroem a consciência empresarial, já que o capital é o regente do processo. A metamorfose dos tipos humanos aparece, explícita ou implicitamente, em vários trabalhos como produto da urbanização da residência do capitalista. Ou seja, haveria uma incompatibilidade entre a vida na fazenda, em que estava sob controle apenas a produção da mercadoria, e a atuação empresarial. Foi preciso que o fazendeiro dela saísse e fosse viver no meio urbano, descortinando outras fases da circulação da mercadoria e do ciclo do capital para passar a raciocinar em termos de capital e não em termos de propriedade. E passar, pois, a fazer investimentos no comércio, nas finanças e na indústria (15). Um levantamento que iniciei em 1966, relativo a esse tema, indica desde logo que a figura do empresário, enquanto tal, esteve ligada a investimentos simultâneos nos diferentes setores de produção (inclusive o agrário), embora se possa observar o predomínio de um deles, especialmente o comercial (16). De qualquer modo, o empresário não tinha necessariamente uma origem agrária nem havia uma incompatibilidade necessária entre economia agrária e investimento rentável. Antes da crise de 1929, grupos econômicos, como o de Matarazzo, originalmente industriais-comerciais fizeram investimentos diretos na cafeicultura. Por outro lado, a propriedade simultânea de mais de uma fazenda, como ocorreu com muitos cafeicultores, com localização em diferentes regiões, é uma indicação clara do desligamento entre o capital e a propriedade antes de uma decisiva urbanização dos investimentos. De qualquer forma, parece ineficaz explicar as metamorfoses do comportamento econômico do fazendeiro a partir da modificação da sua situação residencial e de uma eventual participação numa cultura capitalista estritamente urbana a que seria impermeável o mundo rural. Uma biografia geralmente tomada em abono dessa concepção — a de Antônio Prado — não é ilustrativa. De fato, o ciclo indicado (agricultura, comércio, finanças, indústria) realizou-se nessa biografia. Mas, tomando como referência o capital e o capitalismo, cujos processos cumpre descortinar, a biografia de Antônio da Silva Prado corresponde a um segmento de história cronologicamente mais lata, que o antecedeu e que o ultrapassou. Em primeiro lugar porque ele não teve origem rural, mas foi criado em pleno centro de São Paulo, em casa do avô, o Barão de Iguape, num meio urbano, portanto, guardadas as devidas proporções no tempo. Em segundo lugar, seu pai desenvolveu a maior parte da biografia

(14a) Octavio Ianni, *As Metamorfoses do Escravo, Difusão Européia do Livro*, São Paulo, 1962, p. 270.

(15) Fernando Henrique Cardoso, «Condições e Fatores Sociais da Industrialização de São Paulo», *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 11, Belo Horizonte, 1961, pp. 154-157.

(16) A pesquisa, já adiantada, tem por tema «A cafeicultura e a urbanização dos investimentos» e abrange o período de 1870 a 1905.

ligado à produção de café. Mas, seu avô fôra empresário urbano em São Paulo. Jovem ainda, dedicara-se ao comércio (tropeando), embora fôsse de família politicamente importante. Fixado em São Paulo, sua terra natal, dedicou-se não só ao comércio, mas às finanças e à indústria. Foi fornecedor de tropas do govêrno. Acionista do primeiro Banco do Brasil, foi um dos diretores da caixa filial em São Paulo, em 1825. Pela mesma época arrematou uma fábrica de tecidos, com teares modernos, das primeiras que aqui existiram. Mais tarde foi fazendeiro de cana. Realizou o ciclo inverso do de seu neto. Já os filhos de Antônio Prado não obtiveram o êxito econômico do pai, do avô e do bisavô.

Se por aí se pode suspeitar da importância de uma situação urbana na formação do empresário (embora S. Paulo de começo do século XIX fôsse um município agrícola, como indicam os dados de Daniel Pedro Müller), não se pode fazer nenhuma afirmação conclusiva a respeito da incompatibilidade entre capitalismo e situação rural. Pelo contrário, a expansão geográfica do café, passando do Vale para o Oeste, levando consigo "os mais ambiciosos e tenazes (que) deslocaram-se com a planta, procurando-lhe terras novas", faz suspeitar que havia condições para que as razões pessoais coincidissem com as "razões" do capital. Com efeito, a colonização estrangeira está muito associada, em São Paulo, ao loteamento das terras velhas. Através dessas transações, que foram propiciadas pelas diversas companhias de imigração e colonização, organizadas sobretudo após 1890, sob forma de sociedades anônimas, foi possível lotear grandes fazendas decadentes, vendê-las aos imigrantes, nacionais e estrangeiros, desejosos de se tornarem proprietários, recuperar o capital representado pelas terras e benfeitorias, para ir mais adiante ocupar ou comprar as terras baratas da fronteira econômica. A imagem que alguns autores deixaram a respeito da grandeza e decadência do café deve cingir-se à decadência geográfica e, eventualmente, aos sujeitos que até então não haviam sido absorvidos por padrões empresariais de comportamento. Inadvertidamente, ao que parece, essa imagem de decadência tem sido projetada sobre os fazendeiros de café, levando a generalizações que, a meu ver, apoiam a concepção do caráter anti-empresarial da situação econômica, social e cultural do cafeicultor. Difícilmente a biografia das comunidades pode confundir-se com a biografia das pessoas, numa sociedade em expansão como era a paulista dos fins do século passado e começo deste. Nesses lugares decadentes, ficou, como disse um entrevistado, o restólho. E assim como a palha não explica o milho, certamente as populações subsistentes nas áreas abandonadas pela economia de exportação não explicam o sentido original da ação econômica das populações que se deslocaram.

Não se pode, pois, a meu ver, fazer qualquer afirmação taxativa, quanto à área estudada, de que o empresário é uma virtude do meio urbano nem do contrário, de que a situação rural é virtualmente anti-empresarial. Pode parecer que há aqui uma ligeira contradição com afirmações ou hipóteses lançadas no correr do trabalho, referentes à herança econômica, social

e cultural apoiada em valores incompatíveis com uma concepção capitalista do uso da terra, do trabalho e da técnica. Isso em grande parte porque tanto na vigência da economia colonial de exportação quanto na da economia nacional (não importa em que grau de constituição) as relações econômicas com os centros metropolitanos ou com os centros internos que exercem funções metropolitanas (17), preservando os vínculos econômicos tradicionais, são desfavoráveis ao setor agrário, com algumas excessões. Este tem quase que permanentemente absorvido parcelas significativas do custo de constituição das economias metropolitana e nacional. Nessas condições, a economia rural funciona com as taxas mais baixas de remuneração dos fatores e com as maiores porcentagens de riscos, relativamente aos setores da economia urbana brasileira. Assim mesmo, "dentro" da economia agrária, diversas faixas têm sido "isoladas" e a elas têm sido transferidos os custos e os riscos econômicos. Embora a rentabilidade do capital possa ser satisfatória para os cooperados do café e do leite (que raciocinam em termos capitalistas) ela não o é para os arrendatários plantadores de algodão e amendoim do Rio do Peixe. Nesta mesma região ela o é para os pecuaristas de corte ou para os proprietários que arrendam terras aos plantadores. É aí, aliás, que se manifestam graves tensões sociais e frequentes violências, envolvendo arrendatários e proprietários. Encarando-se e sendo encarado, inclusive juridicamente, como "empresário" (no sentido de não ser empregado), o arrendatário é um tipo, como já disse, que suporta os traços mais irracionais da economia capitalista que, acumulados, chocam-se com as suas aspirações de enriquecimento, de conforto e de consumo. Nessa área, a habitação do arrendatário é distinguida facilmente: é o quadrado de pau-a-pique, dividido internamente por meia parede, no estilo mais pobre da habitação caipira. Mesmo os assalariados que ele utiliza na época da colheita, em geral habitantes da cidade, têm um padrão de vida superior ao seu.

Impõe-se, portanto, discutir outro tema sempre presente em estudos de economia rural: a oposição entre economia de mercado e economia natural. Com excessão talvez das unidades que se estabeleceram ao longo das rotas de penetração, com estrita finalidade de povoamento, talvez em nenhum momento possa ser observada no Brasil uma economia natural (exceтуando, é claro, a das tribos indígenas). Isto não significa, certamente, que a nossa economia tenha se constituído a partir de uma população de empresários capitalistas. Desde o século XVI as atas da Câmara de São Paulo e o Inventários e Testamentos, para ficar só nesses documentos mais importantes, relativos a uma população marginal à economia de exportação, referem-se assiduamente a trocas comerciais e pagamentos de dívidas em espécie, em espécie e dinheiro e raramente m dinheiro. Mas, tôdas essas transações sempre foram avaliadas em dinheiro e não em espécie. Tratou-

(17) Sobre a interiorização das funções metropolitanas, cf. Paul Singer, *Desenvolvimento Econômico sob o Prisma da Evolução Urbana*, F.F.C.L.-USP, edição mimeografada, São Paulo, 1966.

-se sempre, sem dúvida, de uma economia mercantil, marcada pela escassez de numerário (18).

O que existe é uma economia de mercado dispersa por uma escala de diversos graus de monetarização, indo desde de complexas relações financeiras dos centros urbanos até a débil penetração do dinheiro na vida das populações caipiras. Como a relação entre a economia rural e a economia urbana se processa em termos de intercâmbio desfavoráveis à primeira, pela razões indicadas anteriormente, desenvolveu-se no interior dela um sistema de trocas de mercadorias e de trabalho "em espécie", como resultado da acumulação dos traços irracionais e dos riscos do conjunto da economia de mercado, transferidos pelos setores urbanos no exercício da ação capitalista, racional. Como já tem sido demonstrado, por outros autores, organiza-se de memória, "internamente" uma contabilidade de trocas não monetárias, que apresenta como resultado um custo de produção de mercadorias agrárias próximo da subsistência. Aliás, do ponto de vista de meios e fins pesados e articulados, o intercâmbio aparentemente natural na sociedade agrária faz-se de modo racional nas condições dadas. Um exemplo disso é o mutirão, cujo sentido não raro aparece deformado para o observador urbano. Ele constitui uma variação de instituição que tem por objetivo a utilização ótima da força de trabalho em face da quantidade disponível e das condições do meio natural. Apresenta-se, às vezes, sob a forma de troca de dia, de intercâmbio de força de trabalho em escala individual. Um dos entrevistados em Facão discorreu longamente sobre o mutirão e a troca de dia como sendo, basicamente, a mesma instituição e que se apresenta, ainda, como mutirão sem festa e mutirão sem música. Nessa área, uma das raras em que o mutirão e a troca de dia sobrevivem, com o advento do metodismo como religião de uma parte muito importante da população rural, a instituição sofre abalos há várias décadas. No entanto, tem revelado uma extraordinária capacidade de persistência, apesar de ter perdido paulatinamente a sua forma exterior rica de características folclóricas (19). O intercâmbio não monetário de força de trabalho, que ela representa, revelou-se para vários entrevistados como condição indispensável para o funcionamento mínimo da economia local, sem a qual ocorreriam grandes prejuízos pela perda de plantações e de pastos. Mas, por outro lado, a importância econômica que vários produtos principais do lugar têm adquirido no mercado paulistano, no da Guanabara e de diversas cidades industriais do Vale do Paraíba, que são justamente os produtos fundamentais da dieta tradicional caipira — o feijão, o milho e a carne de porco — têm levado a um confronto de custos entre o mutirão e o salariado. O mesmo entrevistado afirmou que a despesa que tem na organização de um mutirão, com o almoço, o jantar e, às vezes, a pinga, equivale

(18) Afirmações que se apóiam nos resultados de uma pesquisa que conclui recentemente sobre «O capitalismo na sociedade colonial brasileira» e que enfoca especialmente as condições de realização da cultura capitalista no Brasil Colônia.

(19) Emílio Willems, *Uma Vila Brasileira: Tradição e Transição*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961, pp. 49-56.

à que teria se pagasse empregados para aquelas tarefas. Os proprietários metodistas, fazendeiros e sitiantes preferem esta última solução, pois o uso de aguardente, quase indispensável nessas ocasiões, contraria os seus princípios religiosos. Mas na região há escassêz de mão-de-obra. Como não se desenvolveu ali a economia de exportação no passado, sempre foi área de população rala, não dispondo de muitos agregados, nem de camaradas, nem de volantes em quantidade que atenda a demanda. Não raro, os proprietários contam apenas com a mão-de-obra familiar. Como a economia local sempre estêve no extremo da escala de utilização do dinheiro, a população que poderia constituir a reserva de mão-de-obra emigrou para o Vale ou para São Paulo, onde o menor salário é sempre maior do que a quase subsistência da sua área de origem. Portanto, mesmo com a absorção cada vez maior da área pela economia de mercado, especialmente através da pecuária leiteira, tornou-se indispensável recorrer à tradicional instituição de troca da força de trabalho, cuja demanda concentra-se para a maioria nas mesmas épocas, isto é, regula-se pelo ciclo de crescimento das plantas comerciais, na agricultura, e das ervas daninhas, na pecuária. É possível que no passado o mutirão tenha tido um caráter não mercantil. Restaria demonstrar isso. Os documentos antigos que a êle se referem, porém, têm o defeito de dizerem respeito aos serviços públicos executados de mão-comum, especialmente à abertura e conservação de estradas e caminhos. Os editais de convocação dos moradores para essas tarefas, contudo, trazem às vêzes a indicação da alternativa de exclusão do trabalho mediante pagamento de tributo. Parece que o não recurso a impostos em dinheiro para custeio do serviço público até uma época não muito remota, procurava contornar a escassêz geral de dinheiro, resultante das imposições "externas" de preços, que reduziam a participação dos habitantes rurais e interioranos na economia monetária. As exigências de mínimos vitais, que não podiam ser atendidas em termos monetários, estimularam "internamente" o intercâmbio econômico não monetário como fórmula de sobrevivência e de estímulo à eficiente utilização de pouco dinheiro disponível.

Conclusões

A modernização é um problema, não é uma ficção, ao contrário do que pareceria se se adotassem as concepções correntes tanto na política econômica quanto nos trabalhos que freqüentemente informam a atuação dos agentes da modernização: agrônomos, agentes de crédito rural, extensionistas, economistas e sociólogos rurais, etc. Mas, é um problema cuja extensão e profundidade devem ser claramente formuladas de um ponto de vista sociológico.

A situação agrária, tal como foi descrita, não constitui uma "aberração" ante o desenvolvimento atingido pela sociedade urbana brasileira. Antes, o desenvolvimento urbano, particularmente o da economia industrial, só foi

e tem sido possível graças à existência de uma economia agrária estruturada de molde a suportar e absorver os custos da acumulação do capital e da industrialização. Ao contrário do que ideologicamente parece, a situação agrária não é produto da "impossibilidade" cultural e social do homem rural absorver e acompanhar o "progresso" do País, nem é produto, portanto, de valores, concepções e caracteres de personalidade incompatíveis com o desenvolvimento econômico. Essa condição periférica, mas integrante, do desenvolvimento brasileiro é o ponto de partida para questionar o problema da modernização, seja dos meios de produção, seja das relações de produção, seja das concepções que integram esses fatores no processo produtivo.

Dêse modo, temos de um lado situações estimulantes para a revivescência de padrões "tradicionais", costumeiros e antigos, de utilização da terra, da força de trabalho e do equipamento rústico, nas quais a modernização, conforme a concepção urbana, pode ocorrer em condições artificiais e não se ligar a processos sociais de reformulação da atividade econômica. Fica no plano de alguns traços culturais, vinculada a valores inerentes a uma sociedade urbana de consumidores, isto é, apresenta-se em condições não empresariais.

Há, de outro lado, situações tradicionais fundamentalmente alteradas por redefinições inteiramente vinculadas ao desenvolvimento urbano, como função do desenvolvimento industrial. São aquelas, como a de Camanducaia Paulista, em que a proximidade da capital e de um mercado consumidor de lazer, praticando o turismo de fim de semana, e a existência de uma infra-estrutura econômica que facilita ou estimula o acesso ao mercado, que tem a importância dos fatores de produção alterada. É o que ocorre com o preço da terra, que por sua vez implica na utilização máxima desse fator, o que se obtém aumentando a densidade de capital do empreendimento, criando condições desfavoráveis à utilização de força de trabalho total ou parcialmente remunerada em espécie, pela utilização associada e "gratuita" do solo. Nestes casos, não se moderniza apenas a tecnologia da produção, mas também as relações de produção. Ao invés dos trabalhadores estabelecerem uma relação "natural" e completa, não estereotipada, com os proprietários, o que implicaria num estilo de ação econômica (talvez não empresarial), passam a ser encarados como força de trabalho utilizável na estrita proporção do necessário à realização do processo produtivo. Ou ainda, os casos em que a mão-de-obra local emigrou para os centros urbanos, escasseando, subindo de preço e estimulando a adoção de técnicas que reduzam a sua utilização.

Num outro plano, há ainda a dicotomia empresários e não empresários (produtores). Os primeiros e os segundos podendo ou não ser proprietários da terra, tal como ocorre no Vale do Paraíba, em que muitos proprietários trabalham em condições não empresariais, alimentando as rendas negativas do empreendimento, em média. É provável que essas rendas nega-

tivas sejam o primeiro indício de um processo que culminará com a proletarização de uns e o aumento das oportunidades empresariais de outros. De qualquer modo, paulatinamente, as oportunidades de sobrevivência de tipos de relações de produção e de atuação econômica distante dos padrões ideais parece que tendem a diminuir, aumentando, portanto, as situações propícias à modernização.

Concluindo, pode-se distinguir dois tipos de modernização em S. Paulo: "artificial" e empresarial. A primeira ocorre quando a modernização apóia-se num raciocínio que não leva em conta os requisitos de multiplicação do capital. A segunda ocorre quando as condições fundamentais para adoção de uma nova prática obedecem a imperativos do capital. É preciso distinguir, também, dois tipos de produtores rurais, entendidos aqui como aqueles sujeitos que estão na posição de tomar decisões. O primeiro é o produtor não empresário, que decide em função de motivos que só acidentalmente podem coincidir com motivos empresariais. O segundo é o empresário, que organiza a produção, orientado pelas probabilidades de acréscimo do seu capital.

Entendendo-se a modernização como parte do processo de desenvolvimento econômico, como ajustamento social e cultural a uma nova estruturação da economia, podemos afirmar que os fatores dessa mudança são os que podem ser apreendidos no plano da modernização empresarial, através da compreensão da ação do produtor empresário. Pode-se afirmar, limitadamente, que a modernização não produz o empresário e que nem toda persistência de padrões costumeiros de utilização dos fatores de produção é anti-empresarial.

Os casos analisados mostram que a ação empresarial torna-se modernizadora quando: a) aparecem condições de colocação econômica do produto no mercado, capazes de orientarem investimentos (cafés finos, leite); b) a utilização da mão-de-obra no estilo tradicional de moradia na propriedade implica na sua remuneração com o fator terra e o montante virtual do seu rendimento monetário ultrapassa o ganho demandado pelos trabalhadores (neste caso, a cessão de terra significando remuneração superior à "necessária"); c) a inovação significa a multiplicação da rentabilidade de fatores, confrontada com a rentabilidade do capital empenhado na sua adoção se fôsse utilizado ôtimamente. Os casos mostram, em segundo lugar, que a ação empresarial não se torna inovadora quando: a) existe um fator excedente (terra, trabalho) cujo uso pode absorver a demanda economicamente interessante sem novos investimentos (há incremento da rentabilidade do capital já empregado); b) o custo da inovação (inclusive juros) ultrapassa a rentabilidade do fator que está sendo utilizado para produzir o mesmo resultado; c) o investimento na modernização aumenta a faixa relativa de custos da mercadoria.

Em conseqüência, entende-se que, existindo condições inclusivas que pressionam para baixo os preços dos produtos agrários ao nível do mercado

consumidor, pressionando em decorrência o limite dos custos do produto, a faixa de decisões que resta ao empresário rural é pequena e limitadora para adoção de práticas que, não obstante em conjunto possam ser rentáveis, adensam o custo unitário da mercadoria. Decorre, então, que só é possível inovar quando não se faz necessário absorver, através de baixo nível de vida, os custos da produção (situação que é a geral) para tornar possível a venda da mercadoria pelos limites de preços que o mercado pode pagar. Qualquer afirmação "a priori", pois, sobre "resistências à mudança" e fenômenos similares é precária, dada a existência de fatores econômicos inclusivos que estimulam ou geram essas resistências no conjunto da sociedade agrária. Parece claro, também, que essas "resistências" não operam quando a atividade agrária desdobra-se em atividade comercial, superando a antiga segmentação que dificultava o acesso ao mercado. É daí que o núcleo do problema agrário desloca-se para as condições do desenvolvimento urbano-industrial brasileiro, como um dos fundamentos da acumulação e reprodução do capital nesse setor.

